



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL DA
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

MARINETE RIBEIRO DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL DA
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

MARINETE RIBEIRO DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL DA
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARINETE RIBEIRO DE SOUZA

A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores.

Banca examinadora:

Professor(a) Nome completo - Avaliador(a)

Professora Wanderléa Mendes Guedes -

Orientadora

Marinete Ribeiro de Souza

Belo Horizonte, ____ de outubro de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à comunidade escolar e aos colegas de trabalho que me apoiaram me elegendo como gestora da Escola Municipal José Pinto dos Santos, reconhecendo e valorizando meu trabalho prestado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação pelo incentivo e apoio dado a todo o momento do Curso de Especialização em Gestão Escolar oferecido pela UFMG e que muito vem ampliando meus conhecimentos e melhorando minha formação enquanto educadora e gestora.

“ O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.” (Freire, 1987, p. 68).

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir e analisar a relação curricular da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira dentro do seu contexto social. Por estar inserida na periferia a escola enfrenta algumas dificuldades para promover uma educação dentro de uma formação plena, ou seja, articulando o Ensino Regular com suas demandas sociais. Assim o objetivo deste trabalho é apresentar propostas que articulem o currículo e a realidade social dos(as) alunos(as) a partir da análise do Projeto Político Pedagógico.

“

Palavras-chave: contexto social, formação, currículo, educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	16

INTRODUÇÃO

A análise da estrutura curricular do Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, foi muito importante para conhecer a comunidade que a escola atende, sendo os (as) alunos (as) a maioria adolescentes muitos já marginalizados pela sociedade, vítimas de lares conflituosos e marcados por todo o tipo de violência e do tráfico de drogas. Assim, levar em consideração o processo educativo dentro desta realidade é complexo, mas não é impossível, e depende muitas vezes de uma gestão que promova espaços para que todos (as) possam ter seus direitos garantidos através do diálogo e de uma boa relação entre todos os segmentos da escola.

Portanto, os profissionais da educação têm que buscar aperfeiçoamento através de curso para saber lidar com a sociedade desigual em que vivemos, aprender a lidar com os conflitos, trabalhando com a realidade de uma comunidade de periferia. Os problemas disciplinares são comuns já que se trata de adolescentes que na maioria das vezes não recebem nenhuma referencia familiar, necessitando constantemente da intervenção da direção, do Conselho tutelar e Conselho Escolar. Mesmo com esta realidade a escola tem melhorado isto se deve aos projetos da escola, como por exemplo, o Programa Mais Educação, que promove uma Educação em Tempo Integral e que realiza com o apoio dos profissionais mudanças que integram os (as) aluno (as) no seu espaço social.

Ao reescrever o PPP foi feito uma revisão curricular e foi visto a necessidade de elaborar de projetos na escola, que proponham atividades lúdicas que valorizem a participação dos (as) aluno (as), possibilitando uma aprendizagem significativa e libertadora, modificando uma visão negativa dos educadores/as de que alguns adolescentes não aprendem.

1. A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E O CONTEXTO SOCIAL

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, procura abranger toda a organização curricular, baseada numa gestão democrática, sua construção contou com a participação efetiva da comunidade escolar propiciando assim um sentimento de que todos são corresponsáveis pelo documento que está sendo colocado em prática no processo educacional da escola.

Desta forma a comunidade exerce um papel importante de cidadania passando a conhecer a escola e o lugar em que está inserida, indagando sobre a metodologia de ensino que está sendo ministrada para os educandos (as), propondo mudanças, definindo metas, fazendo da escola um elo entre escola e comunidade.

É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade e consigo mesmo. Ignez Pinto Navarro (2004, p. 31,35)

Na construção do currículo deve garantir a flexibilidade do profissional da educação para transformar o conteúdo que deve ser ministrado em temas que vá de encontro á realidade de alunos oriunda de uma comunidade de extrema carência afetiva, moral e de valores. De acordo com João Ferreira de Oliveira (2004, p.3),

A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

Apesar destes avanços na educação, compreende-se que a nova instituição escolar, com comunidades mais carentes ou não, ainda define o currículo como uma definição teórica, com uma relação de conteúdos a ser cumprida em um determinado e período de tempo. Por sua vez os (as) alunos (as) alunos sentem-se cada vez mais cansados de aulas onde ele não vê sentido no conteúdo que esta sendo ministrado para sua vida cotidiana e reage com grande desinteresse, o que acaba repercutindo em seu rendimento escolar.

O Professor Miguel Arroyo, em seus livros e palestras apresenta indagações que desinquieta o (a) educador(a) que sente que suas aulas não estão despertando

interesse, se sentem frustrados profissionalmente e que desejam sair do ensino tradicional partindo para práticas inovadoras condizentes com a realidade da comunidade escolar através de um planejamento que se aproxime da realidade social dos educandos, buscando alternativas que acabe com o desinteresse dos os(as) alunos(as) em relação a determinadas conteúdos, já que todos são importantes para a plena formação educacional.

De acordo com organização curricular da escola pesquisada, existe a preocupação em conhecer a vida e o lugar onde os (as) alunos (as) estão inseridos, pois a escola entende que não existe emancipação da educação sem se conhecer a realidade e modo como vivem os educandos, até mesmo para buscarmos propostas que desperte o interesse e a participação dos (as) alunos (as), possibilitando a ele vez e voz para trazer para dentro do conteúdo ministrado a realidade que ele vive fora dos muros da escola. Segundo Miguel Arroyo (2012, p.13):

(...) devemos nos posicionar em defesa da escola democrática que humanize e assegure a aprendizagem. Uma escola que veja o estudante em seu desenvolvimento – criança, adolescente e jovem em crescimento biopsicossocial; que considere seus interesses e de seu país, suas necessidades, potencialidades, seus conhecimentos e sua cultura.

E através do Programa Mais Educação implementado nas escolas pelo Governo Federal esta nova proposta curricular vem sendo implementada, pois o programa tem como finalidade despertar o aluno (a) pela educação e a aprendizagem, além de despertar o conhecimento cognitivo, habilidades e competências artísticas, culturais e corporais, através do uso de recursos pedagógicos, tais como: a música, dança, jogos, livros, vídeos, calculadoras, computadores dentre outros materiais que têm um papel importante no processo de ensino e aprendizagem.

Esta nova proposta de ensino da Secretaria Municipal da Educação, através dos recursos do Projeto Mais Educação, tem possibilitado o desejo do (a) aluno(a) em estar inserido em algumas das atividades oferecidas, aumentando consideravelmente a frequência, possibilitando um novo sentido de educação para nossos educandos e comunidade escolar que vê despertado nos seus filhos a arte e a cultura, antes negada para as classes menos favorecidas. O gosto pela musicalidade, dança, enriquece a aula, despertam o interesse do o (a) aluno pela

escola, favorecendo o desenvolvimento o aproveitamento escolar, a redução da evasão, da reprovação, da distorção Idade/ano.

Para que o trabalho continue sendo desenvolvido, professores do ensino regular, dão continuidade ao projeto, incluindo em seus planejamentos semanais, conteúdos interdisciplinares, através de oficinas, com a intenção de não oferecer aos (as) alunos(as) aos, informações teóricas, mas que, de fato, possam experimentar, inventar, criar, descobrir e/ou resolver problemas, troca de experiências, elabore conceitos que possibilite que ele construa o seu próprio conhecimento, desmitificando as pesquisas de que a educação brasileira é realidade de êxito de uns e fracasso de muitos. Segundo Miguel Arroyo (2007.p.45)

(...) podemos encontrar escolas e Redes que reorganizam os tempos e espaços e o trabalho a partir dos educandos, reconhecidos como sujeitos de direito à formação plena e se perguntam como repensar os currículos respeitando a especificidade de cada tempo humano de formação e de aprendizagem.

Baseado neste fato há um comprometimento da nossa Rede Municipal de Ensino, com a construção de uma nova realidade curricular que desenvolva a aprendizagem de nossos os (as) aluno (as), proporcionado atividades de forma diferenciada, em ambientes diversificados, além dos muros da escola. O corpo docente possui uma atuação comprometida com a aprendizagem. O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos, levando em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos (as) alunos (as).

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, capaz de realizar os seus sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. (Paulo Freire. 1996. P. 41)

De acordo com os autores estudados na biblioteca do curso de gestores, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Portanto, estudos na área de políticas e gestão escolar mostram que os (as) professores e (os) (as) gestores, estão buscando a compreender o currículo tradicional que alguns profissionais ainda insistem em trabalhar, e o currículo adaptado, que o professor admite que precise agregar novas concepções dentro do conteúdo que precisa ser ministrado de acordo com os PCNs.

Os profissionais da educação já tem consciência de que indiferente da comunidade que os alunos (as) os alunos (as) estejam inseridos, chegam a escola com uma grande bagagem de informações abstraídas da televisão, internet, resultado do mundo globalizado, despertando no educador a necessidade de se capacitar através de cursos de capacitação que o levem a entender a linguagem de seu aluno(a), o que resultará no interesse pelo conteúdo, melhorando consideravelmente a sua aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o trabalho realizado, conclui-se que cabe ao gestor(a) a responsabilidade de promover ações de trabalho de forma que envolva a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas construídas coletivamente para os processos de decisão e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. Faz-se necessário adequar os currículos aos problemas, necessidades e realidades dos educandos, isto tornará o espaço escolar mais motivador ao se trabalhar questões que afetam, afligem e transformam a vida escolar e social dos educandos (as).

Diante disso, a Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, têm realizado mudanças em todo processo curricular, para atender às novas propostas de ensino que integre a todo o tipo de os (as) aluno (as) independente da comunidade em que ele esteja inserido. Como em toda realidade escolar de periferia, os desafios são grandes, mas felizmente graças à vontade dos profissionais da educação, que não tem se intimidado diante dos desafios, não medido esforços para transformar a realidade destes os alunos (as), acreditamos que podemos fazer muito para alcançar os objetivos que é melhorar a educação publica em nosso Município.

(...) a educação é uma ação para o crescimento em plenitude e o ser humano é um ser cultural que não nasce acabado e vai se cultivando com o tempo de vida. Dinello (2007, p.105)

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, durante sua construção ficou evidente que toda a comunidade envolvida almeja um currículo que atenda as demandas apresentadas, nessa perspectiva, a escola torna-se um lugar onde o aluno tem oportunidade de vivenciar situações para formar e desenvolver valores, construindo um ser sensível, humanista onde ele é o principal agente desta construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Indagações sobre o currículo*. **ARROYO, Miguel G. P** (2007.p.45)

CASIMIRO, Alice Casimiro Lopes. *DISCURSOS NAS POLÍTICAS DOS CURRÍCULOS*. / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

CORONEL FABRICIANO. *Projeto político pedagógico*. Escola Municipal Maria DAS Graças Ferreira, 2012.

Dinello , Raimundo Angel. *Expressão ludocriativa*. Uberaba: Uniube, (2007, p.105)

FLAVIO, Antonio Barbosa Moreira / *EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURAS: CONSTRUINDO CAMINHOS*. / Universidade Católica de Petrópolis, Mestrado em Educação.

FLAVIO, Antonio Moreira/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *O campo do currículo no Brasil: nos anos noventa*.

FLAVIO, Antonio Moreira. *Propostas curriculares alternativas: limites e avanços*. Escola de gestores UFMG. Belo Horizonte, 2013.

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.p.41 (coleção Leitura)

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo [Gonzáles Arroyo, Miguel; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007..

MARIA, Vera Candau / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ANEXO

Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ECI MAGALHÃES DRUMOND
JACQUELINE BRUM LELLES PINHO
KÁTIA DUARTE LAGE
MARINETE RIBEIRO DE SOUZA**

CORONEL FABRICIANO

2013

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CORONEL FABRICIANO

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADE DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	07
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	08
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
7. AVALIAÇÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	24
ANEXO.....	26

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria das Graças Ferreira inscrita CNPJ nº 19.875.046/0001-82, Código do INEP nº 31249319, situada à Rua Áustria, nº 692, Bairro Córrego Alto, CEP: 35170-259 foi criada pela lei municipal nº 2402/93, para atender a demanda excedente de 198 alunos de educação infantil e ensino fundamental da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin” situada no bairro Santa Cruz. Em 08 de julho de 1995, pela portaria nº796/95 da SEE foi autorizado o funcionamento da Escola, com o nome de Escola Municipal do “Córrego Alto” para E.M. “Maria das Graças Ferreira”. Nessa época a Escola funcionava em casa alugada, com atendimento a dois turnos diurnos com 08 turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano. A partir de novembro de 2000, passou a funcionar em Prédio próprio situado na Rua citada acima, construído pela Prefeitura em parcerias com o governo do Estado.

É mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, CNPJ nº 19.875.046/0001-82, localizada na Louis Enschede, nº 64 – Centro, Coronel Fabriciano/MG.

Atualmente é uma escola que atende as crianças e adolescentes em tempo integral, em turno e contraturno como já previsto em lei. O quadro de funcionários é composto por 01 diretora, 01 vice-diretora, 03 coordenadores pedagógicos, 01 secretária, 03 auxiliares da educação, 01 ajustamento funcional, 13 auxiliares de serviços educacionais, 04 vigias, 02 bibliotecários, 09 monitores, 28 professores e 01 professor de atendimento especializado. Funciona em três turnos (matutino, vespertino e noturno) autorizados pela portaria SEE/MG nº 1381/2002 em 24/02/02. A escola também atende a Educação Infantil, Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA - 1º segmento), contando hoje com 470 alunos. Segundo a LDB a escola, bem como a rede municipal na qual está inserida, tem se adequando as exigências:

Artigo 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
Parágrafo 2º. – O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino.

A Escola atende alunos dos bairros Córrego Alto, Santa Cruz, São Vicente, Sílvio Pereira II, Santa Luzia, Pedra Linda, Santa Inês. A maioria das famílias possui

renda de um salário mínimo onde, 50% moram em casa própria, embora sem infraestrutura adequada, 30% em casa alugada ou cedida e 20% em casa própria com boa infra-estrutura. A maioria das famílias possui renda de um salário mínimo.

O nível de escolaridade dos pais tem melhorado muito, pois muitos estão estudando à noite na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mesmo assim, ainda existem pais analfabetos, sem condições de acompanhar a vida escolar de seus filhos.

A comunidade escolar tem livre acesso à escola, porém, a participação e o envolvimento destes não têm ocorrido de maneira efetiva, limitando-se a eventos, projetos e reuniões.

As famílias praticam diversas religiões, destacando-se a católica. A grande maioria dos pais encontra-se empregados exercendo profissões variadas.

Constatamos também que a mulher vem ganhando destaque no campo familiar, pois elas contribuem significativamente para o aumento da renda familiar.

Conclui-se através do questionário, que os pais estão satisfeitos com a escola, pois existe um bom relacionamento entre profissionais, pais e alunos, favorecendo um bom clima de trabalho.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria das Graças Ferreira tem como missão contribuir para formar pessoas com atitude positivas diante da vida, através de um ensino de qualidade, onde o aluno se transforme em um cidadão crítico, participativo, consciente de seus direitos e deveres, capaz de atuar e transformar a sociedade em que vive.

Nesta perspectiva, a escola vem sendo mediadora e colaboradora no processo educacional, direcionando e valorizando seu educando no tocante ao desenvolvimento filosófico e cognitivo diante da vida, que saiba se relacionar e que tenha autonomia e capacidade para tomar decisões adequadas, superar dificuldades e conflitos, consciente de seus direitos e deveres.

Pretende oferecer a toda a comunidade escolar, condições de participação e envolvimento de todos, onde o aluno seja agente de transformação em uma sociedade igualitária e democrática.

Acredita no empenho dos profissionais e na participação da comunidade escolar, buscando constantemente uma maior valorização do educando, com o compromisso ético e coerência entre a fala e ação.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano. Recebe também a verba do FNDE, e programa mais educação, que é aplicada de acordo com a necessidade da escola e com a aprovação do Conselho Escolar e Fiscal.

A escola é administrada por uma equipe gestora e acompanhada por um Conselho Escolar, que é o órgão representativo da comunidade escolar, escolhido através de eleição, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão escolar. Este Conselho é composto por: diretor (membro nato), servidores do quadro da escola, pais e alunos a partir do 8º ano do ciclo da adolescência, com seus respectivos suplentes.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania (caderno 1, página 20).

Existe também o Conselho de Classe que é o órgão coordenador e avaliado da ação educativa, que visa o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem através de análise coletiva do desempenho do aluno no decorrer do ano letivo. O conselho é composto por professores, coordenadores, especialistas e diretor.

Este conselho é de fundamental importância para o bom andamento e organização escolar.

O prédio da escola possui 8 anos de construção e está em ótimo estado, a possui dois pavimentos com 17 salas de aula, 1 biblioteca, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de informática, 1 laboratório mesa alfabeto, sala de coordenação, secretaria, cantina ampla, sala do diretor, refeitório, dispensas, quadra coberta, banheiros, rampa para deficientes, salas para atendimento do programa Mais Educação e 1 sala de atendimento especializado para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem.

A quadra poliesportiva também é usada pela comunidade nos finais de semana, sob coordenação de pessoas responsáveis e futuramente com o projeto escola aberta com oficinas.

A propiciar uma educação de qualidade, a escola utiliza de recursos pedagógicos que possibilitem a elaboração e execução do planejamento que atenda às necessidades dos alunos de forma ativa, e dinâmica, como: caixa acústica, retroprojetor (multimídia), televisão, DVD, câmera fotográfica, jogos pedagógicos, livros de literatura e pesquisa, dicionários, livros didáticos, fantoches, globo terrestre, mapas e atlas geográfico, aparelho de som, microfone, jogos pedagógicos, filmes educativos e recreativos, material dourado, material para aula de Educação Física e computadores.

O mobiliário é adequado e suficiente para os alunos.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola hoje atende 470 aluno(as)s, divididos em 21 turmas, com uma sala de Atendimento Educacional Especializado com 14 aluno(as)s, sendo 01 aluno caracterizado como autista, 13 com déficit de aprendizagem e 01 aluno com deficiência auditiva.

O aluno (a) é o nosso “centro” e a escola vem desenvolvendo vários projetos que comprovam esta afirmação. O corpo docente possui uma atuação comprometida com a aprendizagem o aluno e busca constantemente a formação do ser crítico e criativo.

As atividades pedagógicas desenvolvidas durante as etapas do ano letivo são diversificadas, sendo que, em cada etapa são elaborados projetos, cujos temas correspondam aos interesses e necessidades dos alunos.

Os conteúdos trabalhados são selecionados, observando os seguintes critérios: tema do projeto a ser desenvolvido, ano através de módulos de aprendizagem.

Semanalmente, os professores regentes do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II se encontram com o coordenador/supervisor, nos horários de aulas específicas dos alunos para discutir e avaliar propostas pedagógicas ou estudo de textos educativos.

Os monitores do Tempo Integral desenvolvem atividades de forma diferenciada, dando ênfase ao lúdico, proporcionando ao educando uma aprendizagem em ambientes diversificados, além dos muros da escola.

Os professores da Educação de Jovens e Adultos se encontram semanalmente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o coordenador para desenvolver o planejamento.

Nos módulos destinados a estudo são priorizados assuntos sugeridos pelos professores, temas atuais e teorias necessárias para subsidiar uma prática docente consistente e estão organizados de forma que os professores do mesmo ano e mesmo conteúdo possam reunir no mesmo dia e horário.

Uma vez que havendo necessidades a escola se reúne num encontro coletivo sob a coordenação do diretor.

No início de cada ano letivo, os professores analisam as fichas individuais dos alunos do ano anterior e traça o perfil das turmas para dar continuidade ao processo de aquisição das habilidades e competências, de forma sistemática e intencional, considerando seus conhecimentos prévios como ponto de partida.

O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos, levando em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

A escola deverá estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

a) Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

b) Os princípios dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

c) A inclusão como forma de combate a discriminação em todos os aspectos e da convivência entre os diferentes.

d) A valorização da cultura afro-brasileira.

Ao definir sua proposta pedagógica, a escola devesa explicar o reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, professores e outros profissionais do respectivo sistema de ensino.

O plano de ensino de cada equipe de professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo as equipes de profissionais que atuam no mesmo ciclo, ano ou área curricular.

3. CURRÍCULO

A organização curricular abrange todas as atividades educativas a serem desenvolvidas tanto no ambiente escolar, quando fora dele possibilitando a cada educando situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e promotor do desenvolvimento.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. Silva (1996, p. 23)

Entende-se por atividade educativa curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma prática inovadora, integrada e relacionada a diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Na construção e elaboração da organização curricular são observadas as seguintes diretrizes: difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, consideração das condições de escolaridade dos educandos, dos tempos humanos, suas individualidades e seus limites na unidade escolar, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais, através das atividades complementares, metodologia, técnicas e materiais de ensino de aprendizagem adequados à clientela e aos limites humanos a serem desenvolvidas e formas de avaliação.

A organização curricular fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394, nas orientações curriculares nacionais e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município.

A organização curricular deve fundamentar o planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelos docentes, sob a coordenação e acompanhamento da direção, pedagogos e coordenadores pedagógicos da unidade escolar.

Na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, a organização curricular fundamenta-se nos estudos sobre o desenvolvimento e as formas de aprendizagem da criança observando o cumprimento das funções indispensáveis e indissociáveis de educar e cuidar.

No currículo da Educação Infantil será assegurada a formação humana da criança, respeitados os diversos campos do seu saber e do seu cotidiano sendo o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade: Formação Pessoal e Social: Identidade e Autonomia, conhecimento de mundo: Linguagem Oral e Escrita, Arte, Conhecimento Lógico Matemático, Movimento, Literatura, Natureza e Sociedade.

No Ensino Fundamental, os componentes curriculares são distribuídos nas áreas do conhecimento adequados à realidade e aos interesses do educando, da família e da comunidade, com o mínimo de 800 horas anuais da Base Nacional Comum.

Será acrescida a essa carga horária, atividades de estudos complementares, no contra turno, perfazendo o total mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas sendo constituído de: Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Educação Religiosa; Parte Diversificada: Língua Estrangeira Moderna Inglês, Informática, Filosofia; Atividades Complementares: definidas nos macro campos, distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade de cada unidade escolar.

No ensino da educação religiosa como parte integrante da formação básica do cidadão, deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo, enfocando os princípios e valores morais e sociais.

Os temas transversais são trabalhados ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizados, através de projetos, de modo a propiciar a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e à atualização de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica, consciente e responsável:

- a) Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade;
- b) Educação Ambiental, Educação Fiscal;
- c) Educação para o trânsito;
- d) Saúde, Ética e Música (aulas de percussão, violão e flauta);
- e) Enfrentando a violência contra a criança e o adolescente.

História e Cultura-Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como conteúdos obrigatórios, serão trabalhados ao longo do ano letivo em todas as disciplinas, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Artes e História, do ensino fundamental.

O Programa de Educação Integral em Tempo Integral (Mais Educação) tem por finalidade: contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educativas, contribuindo para a redução da evasão, da reprovação, da distorção Idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar. Promovendo a aproximação entre a escola, à família e a comunidade, como também a promoção do gosto pela educação e a aprendizagem em tempo integral, desenvolvendo o conhecimento cognitivo, e de habilidades e competências artísticas, culturais e corporais. Possui macro campos diversificados conforme quadro de componentes curriculares complementares aprovados pela SMEC em anexo.

Na Educação Especial, a organização curricular segue as orientações curriculares da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para Educação Básica – Parecer CNE nº 17/01; - a resolução CNE nº 02/01 e Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo estruturada de forma a atender aos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação observando: a introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do educando; a modificação metodológica dos procedimentos na organização didática e na introdução de métodos; a temporalidade com flexibilização do tempo para realizar as atividades e o desenvolvimento de conteúdos;

A avaliação e promoção com critérios diferenciados de acordo com as adequações e em consonância com o projeto pedagógico da unidade escolar.

EJA – A educação de jovens e adultos, garantida no Art. 37 da LDBEN e regulamentada pela lei nº 11.741, de 2008, é oferecida em nossa escola nas séries iniciais do ensino fundamental, no turno noturno, com a exigência de no mínimo 15 anos para o ingresso do aluno.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização curricular abrange todas as atividades educativas a serem desenvolvidas tanto no ambiente escolar, quando fora dele possibilitando a cada educando situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e promotor do desenvolvimento.

Entende-se por atividade educativa curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma prática inovadora, integrada e relacionada a diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Na construção e elaboração da organização curricular são observadas as seguintes diretrizes: difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, consideração das condições de escolaridade dos educandos, dos tempos humanos, suas individualidades e seus limites na unidade escolar, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais, através das atividades complementares, metodologia, técnicas e materiais de ensino de aprendizagem adequados à clientela e aos limites humanos a serem desenvolvidas e formas de avaliação.

A organização curricular se fundamenta a partir do planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelos docentes, sob a coordenação e acompanhamento da direção, e dois coordenadores pedagógicos da unidade escolar semanalmente, um coordenador para Educação Infantil e anos iniciais e outro coordenador para os anos finais.

Na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, a organização curricular fundamenta-se nos estudos sobre o desenvolvimento e as formas de aprendizagem da criança observando o cumprimento das funções indispensáveis e indissociáveis de educar e cuidar.

No currículo da Educação Infantil será assegurada a formação humana da criança, respeitados os diversos campos do seu saber e do seu cotidiano sendo o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade: Formação Pessoal e Social: Identidade e

Autonomia, conhecimento de mundo: Linguagem Oral e Escrita, Arte, Conhecimento Lógico Matemático, Movimento, Literatura, Natureza e Sociedade.

No Ensino Fundamental, os componentes curriculares são distribuídos nas áreas do conhecimento adequados à realidade e aos interesses do educando, da família e da comunidade, com o mínimo de 800 horas anuais da Base Nacional Comum.

Serão acrescidas a essa carga horária, atividades de estudos complementares, no contra turno, perfazendo o total mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas sendo constituído de: Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Educação Religiosa; Parte Diversificada: Língua Estrangeira Moderna Inglês, Informática, Filosofia; Atividades Complementares: definidas nos macro campos, distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade de cada unidade escolar.

No ensino da educação religiosa como parte integrante da formação básica do cidadão, deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo, enfocando os princípios e valores morais e sociais.

Os temas transversais serão trabalhados ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizados, através de projetos, de modo a propiciar a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e à atualização de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica consciente e responsável:

- f) Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade;
- g) Educação Ambiental, Educação Fiscal;
- h) Educação para o trânsito;
- i) Saúde, Ética e Música (aulas de percussão, violão e flauta);
- j) Enfrentando a violência contra a criança e o adolescente.

História e Cultura-Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como conteúdos obrigatórios, serão trabalhados ao longo do ano letivo em todas as disciplinas, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Artes e História, do ensino fundamental.

O Programa de Educação Integral em Tempo Integral (Mais Educação) tem por finalidade: contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educativas, contribuindo para a redução da evasão, da reprovação, da distorção Idade/ano, mediante a implementação de

ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar. Promovendo a aproximação entre a escola, à família e a comunidade, como também a promoção do gosto pela educação e a aprendizagem em tempo integral, desenvolvendo o conhecimento cognitivo, e de habilidades e competências artísticas, culturais e corporais. Possui macro campos diversificados conforme quadro de componentes curriculares complementares aprovados pela Secretaria Municipal de Educação em anexo.

Na Educação Especial, a organização curricular segue as orientações curriculares da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para Educação Básica – Parecer CNE nº 17/01; - a resolução CNE nº 02/01 e Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo estruturada de forma a atender aos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação observando: a introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do educando; a modificação metodológica dos procedimentos na organização didática e na introdução de métodos; a temporalidade com flexibilização do tempo para realizar as atividades e o desenvolvimento de conteúdos;

A avaliação e promoção com critérios diferenciados de acordo com as adequações e em consonância com o projeto pedagógico da unidade escolar.

A Educação de Jovens e Adultos – A educação de jovens e adultos, garantida no Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentada pela lei nº 11.741, de 2008, é oferecida em nossa escola nas séries iniciais do ensino fundamental, no turno noturno, com a exigência de no mínimo 15 anos para o ingresso do aluno.

A progressão continuada trata-se de recursos que permite às escolas desenvolverem seus currículos, dentro de um mesmo nível de ensino, de forma contínua, não estabelecendo mecanismos de reprovação ou de retenção do aluno.

O regimento de progressão continuada implica maior compromisso da escola para com a aprendizagem do aluno, uma vez que ela cabe a responsabilidade de garantir ao aluno condições para que ele aprenda, utilizando-se da competência de seus profissionais, dos recursos pedagógicos ao seu alcance, do auxílio da família e do apoio da comunidade escolar.

Será oferecida na rede regular de ensino, modalidade de educação escolar para portadores de necessidades especiais.

Haverá, quando necessários, serviços de apoio especializado para atender a clientela de educação especial.

O atendimento será feito em classes, quando não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A oferta da educação especial obedecerá a mais faixa etária dos alunos do ensino regular.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A escola se organiza a partir das leis básicas que regem a educação nos dias de hoje como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal, leis educacionais municipais que auxiliam na construção dos documentos que norteiam a unidade escolar que são o regimento e o projeto político pedagógico, sendo ambos, construído diretamente com a participação de toda comunidade escolar e revisado sempre que necessário pela mesma. Uma vez que a educação tem seguido rumos cada vez mais democráticos e participativos a consolidação das decisões a partir de Conselhos Escolares tem auxiliado muito o papel do diretor dentro da escola. Nesse sentido, a escola tem buscado cada dia mais fortalecer as ações colegiadas uma vez que é o Conselho Escolar e o Conselho Fiscal que definem as principais propostas e aquisições na escola através de assembleias realizadas sempre que necessárias. A metodologia adotada pela escola, o planejamento semanal dos professores, o calendário escolar tudo é discutido, analisado e construído pelos professores, secretária e equipe gestora baseado nas orientações da Secretaria Municipal de Educação e adequado a realidade escolar. Os problemas que surgem no decorrer do ano letivo são solucionados sempre a partir de ações coletivas.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania (caderno 1, pagina 20).

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

A Escola incentiva à presença de pais/responsáveis não só para a participação de reuniões e festas. Este incentivo se dá através de projetos de voluntariado, estágios, convite para diversas atividades, como ensaios para apresentações e confecção de materiais para trabalhos em sala e ainda, pequenos reparos na escola, em uma ação contínua, uma vez que os pais estão sempre em contato com a escola executando, sempre junto aos funcionários, tarefas que nos auxiliem no dia a dia.

A Escola está aberta para estágios de estudantes das diversas áreas de atuação, auxiliando no seu processo de ensino e aprendizagem, aumentando sua experiência e contribuindo para sua formação profissional.

Esses estagiários são beneficiados com a experiência e também beneficiam os nossos educandos, uma vez que os orientam em diversas áreas, desde a educação sexual, orientação profissional, prevenção ao uso das drogas, entre outros temas relevantes para a sociedade. O estágio na Escola contempla várias áreas (Psicologia, Nutrição, Pedagogia, Engenharias, entre outras).

A Escola preza pela disciplina e o bom andamento das atividades escolares. Para tanto, adota normas de convivência que são aplicados tanto para o corpo discente quanto para o corpo docente e explicitado no regimento.

A Escola tem um papel fundamental no relacionamento entre o aluno e sua família, especialmente no que tange à educação recebida dentro do ambiente familiar. Além de educar as famílias, no sentido de informar sobre o desenvolvimento do educando e atendimento psicológico, também é papel da Escola conhecer a situação familiar de seus alunos, com o objetivo de identificar as possíveis causas de déficit de aprendizagem e determinados comportamentos não condizentes com faixa etária e desenvolvimento cognitivo para a idade.

De uma forma geral, os pais procuram saber a situação escolar dos seus filhos, quando estes são convocados a reuniões de Pais e Mestres, e até mesmo quando não convocados procuram os professores/coordenadores/direção demonstrando interesse em acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos. Em contrapartida, há aqueles que não se envolvem em questões concernentes à escola e seus filhos, nem mesmo quando convocados, e a estes a Escola se encontra no dever de encaminhar o caso ao Conselho Tutelar para a tomada das providências cabíveis.

Os pais também procuram participar de eventos que ocorrem na escola e fora dela, como seminários, mostra cultural, festa junina/julina, desfile de Sete de Setembro, entre outras.

Há um bom relacionamento entre as famílias e a equipe gestora da escola, contribuindo assim para que a relação família-escola ocorra de forma participativa e ativa.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Esse processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. (FERNANDES.FREITAS.2007,p.47)

A avaliação é de extrema importância, pois ela direciona para a melhoria do ensino-aprendizagem, deixando claros os aspectos globais, integrando a comunidade ao contexto escolar. É por meio deste que é possível perceber possíveis falhas procurando melhorar a cada dia. Ela ocorrerá de forma processual e contínua. Será coerente com o Currículo, valorizando todo e qualquer progresso do aluno; será valorizado seu crescimento enquanto ser individual e social, ressaltando as aprendizagens significativas que o levem ao desenvolvimento de competências e habilidades.

Os registros são diferenciados de acordo com o tempo em que se encontra o educando, na Educação Infantil serão expressos sob a forma de parecer descritivo individual, em portfólio, através de observação e registros contínuos no decorrer de cada etapa, refletindo nos aspectos de linguagem oral e escrita, artes visuais, musical, matemática, natureza e sociedade, movimento, expressividade e equilíbrio, sem fins promocionais.

No Ensino Fundamental e na Educação Integral, a avaliação se dará através de conceitos das áreas de conhecimentos e registro em fichas individuais.

Os critérios de avaliação explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando os objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, as particularidades de cada tempo humano e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e cultural, conforme Regimento Escolar.

Na Educação Infantil tem o caráter de observar o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, sua autonomia, socialização no espaço escolar, inclusão, desenvolvimento da autoestima favorável ao seu crescimento, desenvolvimento motor, cultural e a construção da responsabilidade com o coletivo.

No Ensino Fundamental é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, conhecimento cognitivo dos conteúdos da base nacional comum e parte diversificada, com o objetivo de detectar indicadores do desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos.

Nas atividades complementares da Educação Integral, a avaliação constitui instrumento de valorização e de estímulo ao desenvolvimento das habilidades e competências adquiridas pelos educandos em cada modalidade ofertada, considerando as aptidões de cada um, não tendo caráter de promoção, nem de comparação entre os educandos.

Na Educação Especial, são adotadas formas diferenciadas de modo a atender as peculiaridades de deficiências educativas especiais de cada educando, inserido nas classes comuns.

As formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem são fundamentados na Proposta Pedagógica da unidade escolar e devem ser objeto de registro para subsidiar as decisões e informações sobre a vida escolar do educando, tendo como base as diretrizes gerais da Secretaria Municipal de Educação, em cada nível e modalidade de ensino.

No Ensino Fundamental e na Educação Integral, a avaliação se dará através de conceitos das áreas de conhecimentos e registro em fichas individuais tendo como referencial:

90 a 100% - Conceito A (obteve ótimo desenvolvimento na aprendizagem);

70 a 89% - Conceito B (obteve bom desenvolvimento na aprendizagem);

60 a 69% - Conceito C (obteve desenvolvimento satisfatório na aprendizagem);

Abaixo de 59% - Conceito D (não obteve desenvolvimento satisfatório).

Em cada etapa do ensino fundamental, deverão ser oferecidos no mínimo 03 (três) avaliações em cada conteúdo curricular, podendo estas ser elaboradas de forma interdisciplinar sendo que:

- a) O resultado de cada etapa deverá ser registrado em forma de percentual;
- b) Registrar a média dos percentuais obtidos pelo educando no final de cada etapa;

- c) Converter esta média em conceito conforme consta o artigo 123, e registrar para cada conceito os avanços e as dificuldades do educando no conteúdo indicado.

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a unidade escolar possa reorganizar conteúdos/instrumentos e métodos de ensino.

As atividades complementares oferecidas pelas unidades de ensino que oferecem tempo integral, não serão objeto de promoção.

Na avaliação, devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o desenvolvimento escolar dos educandos, visando, portanto, fornecer informações sobre objetivos que foram alcançados, orientando o ajuste e a intervenção pedagógica para que o educando aprenda da melhor forma, indicando as bases para o planejamento e o replanejamento das atividades curriculares, fornecendo dados sobre o desenvolvimento do educando permitindo-lhe tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades e possibilitar ao professor a reflexão sobre a sua prática educativa.

Os instrumentos de avaliação utilizados ao longo das etapas são: trabalhos avaliativos, pesquisas, diagnósticos e observação de campo.

A recuperação é feita paralela ao final de cada etapa no intuito auxiliar o aluno na regularização das notas e no desenvolvimento da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho servirá como suporte para que a escola possa analisar sua prática pedagógica para que atenda às necessidades educativas, procurando soluções para os problemas enfrentados. O Projeto foi resultado de reuniões, discussões e diagnósticos junto à comunidade, alunos e funcionários. Todos que se empenharam na elaboração deste Projeto Político P, acreditam ser este um consolidado dos anseios da comunidade escolar que auxiliará nas práticas pedagógicas, visando à formação do aluno como um todo, capaz de se inserir nesta sociedade em transformação.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1998). Constituição: República Federativa do Brasil.
- Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal. – 3ª ed. – Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2004.
- DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência.
- ABRANTES, Paulo. *Trabalho de Projetos e Aprendizagem de matemática*. In: Avaliação e Educação Matemática. Rio de Janeiro: MEN/USU-GEPEM, 1995.
- ARMSTRONG, T. *Inteligências Múltiplas em sala de aula*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BAQUERO, R. *Vigotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CAGLIARI, L.C. *Alfabetização e Lingüística*. Scipione, 1999 _____. Alfabetizando sem ba-bé-bi-bó-bi. São Paulo: Scipione 1999.
- CALVIN, W.H. *Como o cérebro pensa*. Rio de Janeiro: Rocco/Ciência Atual. 1998.
- CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B.; DICKINSON, D. *Ensino e aprendizagem por meio das inteligências múltiplas*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- COLL, César S. *Aprendizagem escolar e construção de conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1985 _____. *Além da alfabetização*. São Paulo: Cortez 1987.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. e PALÁCIO, M.G. *Os processos de leitura e escrita: Novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FONSECA, V. da, *Aprender a aprender*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GARDNER, H. et al. *Projeto Spectrum – A teoria das inteligências Múltiplas na educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2001 – v. 1 e 2

JOLIBERT, Jonette. Formando Crianças leitoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. ____ *Formando crianças produtoras de texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KLEIMANN, A.B.(ORG.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras. 1995.

LEMLE, M. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1993.

Desenvolvimento e aprendizagem na escola: Aspectos culturais, metodológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa (1ª à 4ª série)*. Brasília/DF, 1997. ____ *Referenciais para a Formação de professores*. Brasília/DF 1998.